

Capítulo 2 - Feminismos e agroecologia lutas contemporâneas na cidade

Maria da Graça Costa
Magda Dimenstein
Jáder Ferreira Leite

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

COSTA, M.G., DIMENSTEIN, M., LEITE, J.F. Feminismos e agroecologia: lutas contemporâneas na cidade. In: BOSI, M.L.M., PRADO, S.D., And AMPARO-SANTOS, A., comps. *Cidade, corpo e alimentação: aproximações interdisciplinares* [online]. Salvador: EDUFBA, 2019, pp. 69-97. ISBN: 978-65-5630-010-8. <https://doi.org/10.7476/9786556300108.0005>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO 2

Feminismos e agroecologia lutas contemporâneas na cidade¹

MARIA DA GRAÇA COSTA, MAGDA DIMENSTEIN E JÁDER FERREIRA LEITE



INTRODUÇÃO

Pela primeira vez na história, mais da metade da população mundial vive nas cidades. De acordo com o relatório *Perspectivas da Urbanização Mundial (World Urbanization Prospects)*, produzido pela Divisão das Nações Unidas para a População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, 54% da população mundial vive em áreas urbanas, com perspectiva de aumento para 66% em 2050. O relatório

¹ Este texto é parte da tese de doutorado *Mulheres e agroecologia no Rio de Janeiro: construindo uma política feminista a partir das margens* defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). A pesquisa contou com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio da concessão de bolsa de pesquisa.

também destaca a previsão de que, em 2030, 80% da população urbana estará concentrada em cidades de países em desenvolvimento, configurando um processo de urbanização intimamente ligado ao crescimento da pobreza e da insegurança alimentar. (DESA, 2014)

Em pesquisa sobre disponibilidade de alimentos na cidade de São Paulo, Ana Clara Duran (2013) constatou uma significativa diferença no acesso a alimentos saudáveis por parte da população, com favorecimento das regiões da cidade de níveis socioeconômicos médio e alto. Resultado semelhante foi encontrado em estudos – como os de Costa e Cipolla (2016) na cidade do Rio de Janeiro, Leda (2017) em Brasília e o de Bento (2017) em Campinas. (BENTO, 2017) Essas pesquisas apontam que aspectos do ambiente alimentar, tais como distância, renda, exposição à publicidade, informação, dentre outros, estão associados diretamente ao consumo de frutas, hortaliças e bebidas açucaradas, mostrando que as comunidades das regiões mais pobres dos centros urbanos vêm se configurando como “desertos alimentares”, conceito formulado para definir os lugares com difícil acesso a alimentos nutritivos. (MOK et al., 2014)

As desigualdades de produção, acesso e distribuição de alimentos saudáveis nas cidades, somadas à confluência das crises ambiental, econômico-política e social, suscitam questionamentos acerca das alternativas locais baseadas na agroecologia e na agricultura familiar e de seu papel frente à globalização do sistema agroalimentar capitalista. (PRADO, 2015) A agroecologia é um campo de saberes e práticas integrados que se constitui tanto como tecnologia quanto como movimento social. Representa um paradigma de produção agrícola, que visa reduzir o impacto socioambiental da produção de alimentos, ao valorizar os conhecimentos tradicionais e o campesinato enquanto sujeito e forma de organização social. (MARCOS, 2007) A agroecologia vem sendo tomada por muitos atores e movimentos sociais como um grande projeto de transformação social, tanto nas cidades caracterizadas como “rurais” e de pequeno porte quanto nos grandes centros urbanos brasileiros, articulando pautas diversas, tais como soberania alimentar,² luta pela moradia e, notadamente, os feminismos.

2 Esse conceito refere-se à soberania para decidir o que se cultiva e se come, o que não é pos-

Vários estudos – como os de Jalil (2009) e Siliprandi (2015) – mostram que a inserção das mulheres no modo de produção agroecológico pode ter grande impacto na redução das desigualdades de gênero na esfera da agricultura, com a valorização do trabalho considerado feminino – a agricultura de subsistência, o trabalho do cuidado, trabalho doméstico –, o qual é historicamente invisibilizado; a maior participação política das mulheres em movimentos sociais organizados; e uma organização produtiva compartilhada entre homens e mulheres de maneira mais equânime.

É inegável a relevância da atuação das mulheres na agroecologia. Tal protagonismo aponta não só para o reconhecimento da importância dos saberes das mulheres na construção de sistemas de produção agroalimentares e de economia alternativos, como traz à tona o debate sobre as interseccionalidades entre gênero, raça, classe e sexualidade e a forma como as desigualdades se relacionam ao modelo de desenvolvimento capitalista e às formas de exploração do meio ambiente. Ademais, abre uma fenda de intensos enfrentamentos sobre a configuração atual das cidades e sobre as experiências de habitar e vivenciar o urbano, cenário cotidiano de vivências e intensas lutas e disputas. Pauta-se, com isso, um fazer político, a partir da politização do cotidiano, da criação de alternativas ao desenvolvimento e da centralidade da ideia de considerar a alimentação e o corpo como territórios – por excelência – de resistência feminista.

Este trabalho situa-se no bojo desse emaranhado, que relaciona temas como feminismo, gênero, movimentos sociais, agroecologia, alimentação e cidade. Partimos de algumas indagações disparadoras, a saber: quais estratégias de luta e mobilização política são articuladas a partir desses movimentos e do protagonismo das mulheres? Que vivências, afetos e novas posicionalidades no cotidiano são experimentadas pelas mulheres mediadas pela participação nos movimentos feministas e agroecológico? Que narrativas são produzidas por essas protagonistas em relação ao direito à cidade? O presente texto tem como objetivo

sível em maior parte das nações devido às atuais políticas agrícolas e alimentares globais.

discutir tais questões e analisar em que medida a articulação entre os movimentos agroecológico e feminista(s) constitui um vetor de subjetivação estruturador de novos modos de sentir e viver, com potencial de romper com as ideologias hegemônicas de gênero, de construir redes de atuação política, de produzir novas experiências urbanas e práticas, no âmbito da cidade.

Para tanto, iremos nos ancorar nos resultados de uma cartografia realizada com o intuito de conhecer mais detalhadamente o funcionamento do dispositivo “roda de mulheres”, o qual está integrado à Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU). Essa rede é constituída por mulheres organizadas em grupos populares, institutos de pesquisa, organizações não governamentais, agricultoras urbanas, moradoras de periferias e favelas do Rio de Janeiro. Elas vêm tecendo redes autônomas e feministas de produção, comercialização e comunicação agroecológica na cidade.

Utilizamos o referencial teórico-metodológico da cartografia, a partir de Deleuze e Guattari (1995) e Rolnik (2001), entendida como um mapa às avessas, que nos ajuda a nos perdermos nos emaranhados da cidade, buscando acompanhar os diversos processos que se desenrolam no contexto estudado e a produção de subjetividades concomitante a esses contextos. A escolha da cartografia parte de uma concepção que rompe com o paradigma representacional da ciência e da neutralidade na produção de conhecimento, buscando potencializar a singularidade que envolve o fazer pesquisa e o lugar do(a) pesquisador(a) nesse processo, a partir da construção de um “plano-comum” de afetos e constituição mútua entre todos agentes envolvidos no processo de investigação, de forma que a divisão entre pesquisadores(as) e “objetos de pesquisa” perde o sentido. Mais do que um procedimento metodológico delimitado, tomamos a cartografia como um modo de conceber a pesquisa e o encontro de nós, pesquisadores(as), com nosso campo, que é sempre uma intervenção.

A partir desse olhar, desde o ano de 2015, a roda de mulheres da Rede CAU vem sendo acompanhada, com nossa participação na construção de mutirões agroecológicos, feiras, eventos e encontros de agroecologia

e dos movimentos feministas. Partiremos, neste trabalho, das reflexões formuladas a partir desses encontros e da própria vivência da primeira autora enquanto militante dos movimentos agroecológico e feministas e habitante do território Rio de Janeiro.

NOVAS URBANIDADES: AGROECOLOGIA E DIREITO À CIDADE

As cidades são invenção humana por excelência. Nelas, a humanidade refaz o mundo em que vive, a partir dos seus desejos, e é nelas que essa humanidade está condenada a viver. (PARK, 1973) Como argumentam Romero e Zamora (2016), é impossível pensar a subjetividade humana contemporânea separada da experiência urbana. Com suas infinitas possibilidades e acontecimentos, as cidades são espaços privilegiados para as múltiplas possibilidades do “ser” e “estar no mundo”, são megamáquinas produtoras de subjetividade individual e coletiva, que “engendram, por meio de equipamentos materiais e imateriais, a existência humana sob todos os aspectos”. (GUATTARI, 1992, p. 152)

Guattari (1992) apresenta os aspectos de produção de subjetividade pelas cidades a partir do paradoxo da desterritorialização – com a globalização e grande circulação de pessoas, discursos publicitários, tecnologias – e homogeneização dos modos de ser e existir. Em um mesmo sentido, vários autores de diferentes áreas, como Arquitetura, Urbanismo, Psicologia e Antropologia, vêm discutindo o modo hegemônico que opera a administração do corpo da cidade, a partir da ideia de “espetacularização urbana” como uma construção da experiência urbana, que é pautada por princípios segregadores e despolitizadores, que lhe conferem um sentido mercadológico, turístico e consumista. (BRITTO; JACQUES, 2009)

A espetacularização urbana pode ser entendida como o processo de construção da cidade por meio de uma arquitetura espetacular e um urbanismo integrado aos padrões éticos e estéticos da mundialização. (TEOBALDO, 2010) Esse processo tem como efeito o empobrecimento da experiência urbana dos seus habitantes e, à medida que os espaços

públicos vão sendo esvaziados, a cidade aos poucos deixa de ser o espaço da diversidade, com um progressivo abandono do social e da urbanidade ou, como aponta Eliana Kuster (2014, p. 54), “uma decadência do sentido de cidade”. Para Britto e Jacques (2009), esse modo de subjetivação manifesta-se na formulação dos discursos e comportamentos que permeiam e, até mesmo, fundamentam desde os planejamentos e ações da administração pública das cidades até as próprias relações mais íntimas de seus habitantes.

Nos regimes de subjetivação urbana do neoliberalismo, a vida coletiva das cidades é sobrepujada pelo domínio do privado. Crescem as práticas de segregação social em nome do desenvolvimento urbano, valendo-se de técnicas sofisticadas de vigilância, policiamento e arquitetura, que incluem a criminalização da pobreza e o cerceamento dos espaços públicos. (AMADOR; FERNANDES, 2016) Questionamo-nos, dessa forma, sobre as possibilidades de construção de subjetividades singulares e singularizantes que escapem às modelizações dominantes na cidade.

Ao mesmo tempo em que são alvos de regimes de subjetivação ancorados em dispositivos capitalistas, as cidades e seus habitantes são atravessados por conflitos, heterogeneidades e resistências. Na medida em que os regimes de subjetivação hegemônicos se alargam, surgem, cada vez mais, estratégias de resistência que articulam direito, cidade e bem-estar como diferentes expressões de uma ética que tem como ponto de partida a experiência da diferença. (SILVA, 2013) Esses processos de resistência têm sido comumente abarcados a partir da ideia de direito à cidade. Esse conceito, amplamente utilizado por movimentos sociais e agentes governamentais, é um termo em disputa no que se refere à abrangência dos seus significados e pautas de reivindicação que contempla.

O conceito de direito à cidade surge, com o filósofo e sociólogo marxista francês Henri Lefebvre (2001), como uma crítica ao urbanismo positivista e ao processo de alienação dos cidadãos das questões urbanas, encaradas exclusivamente a partir dos vieses administrativo, técnico e científico, que são fruto de relações econômicas de dominação

e de políticas urbanísticas, por meio das quais o Estado ordena e controla os indivíduos, que são vistos enquanto objetos, e não como sujeitos do espaço social. Para além do debate acadêmico, em todo o mundo, o direito à cidade tem sido utilizado para reivindicar questões tais como o direito à moradia, saneamento básico e mobilidade, além de ser utilizado como forma de defesa às diversas possibilidades de ocupação das cidades.

No Brasil, o movimento pelo direito à cidade ganha força por meio do Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), que em sua articulação consegue, junto a outros movimentos e atores políticos, garantir a inclusão do capítulo sobre política urbana na Constituição de 1988. Porém, a regulamentação do direito humano à cidade só acontece a partir da implementação, em 2001, do Estatuto das Cidades, que institui a política urbana brasileira e efetiva no ordenamento jurídico, o direito a cidades sustentáveis, entendido “como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações [...]”. (BRASIL, 2001)

A despeito do reconhecimento formal de tais direitos, as cidades brasileiras seguem sendo cenários de perpetuação de desigualdades econômicas e sociais, “sendo sua população, em sua maioria, privada ou limitada – em virtude de suas características econômicas, sociais, culturais, étnicas, de gênero e idade – de satisfazer suas necessidades básicas”. (FMS, 2006, p. 1) Como consequência, os novos atores que se agregaram às lutas urbanas no período recente, para além de defender a implementação do Estatuto da Cidade, passaram a difundir o direito à cidade como forma de unificar pautas que possuem formas de expressão fragmentadas. Essa nova narrativa tem sido bem recebida e potencializada nos espaços de articulação política, com destaque para aqueles que reúnem acadêmicos, organizações não governamentais e movimentos sociais.

É importante ressaltar que o direito à cidade não pode ser resumido aos objetivos e direitos individuais de ordem prática, tais como moradia e transporte, mas precisa considerar a dimensão do comum, de abertura

ao outro, de acolhimento à multiplicidade e que produz um funcionamento difícil de capturar. Para Harvey (2012, p. 74):

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos.

Nesse sentido, esse conceito nos instiga a pensar sobre quais resistências podem ser construídas a partir de estratégias que potencializem diferentes possibilidades de ocupar, experienciar e pensar a cidade não só como práticas individuais, mas principalmente enquanto um projeto amplo de ressignificação das relações construídas no e com o espaço urbano, enquanto “cidades-devires-revolucionários”. (AMADOR; FERNANDES, 2016, p. 253)

Compartilhando dessas inquietações, diversos atores vêm construindo pontes entre o movimento de Agricultura Urbana (AU) e o direito à cidade, entendendo que ambos compartilham de pautas ou convergem no sentido da tessitura de cidades sustentáveis. O direito à cidade aparece no título da carta política do I Encontro Nacional de Agricultura Urbana (Enau),³ realizado, em 2015, na cidade do Rio de Janeiro; nos documentos oficiais da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, intitulada de “Comida de verdade no campo e na cidade” e como uma das frentes de trabalho da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), principal espaço de articulação entre redes e organizações voltadas para a promoção da agroecologia no país.

A associação quase instantânea que é feita entre agricultura e meio rural pode levar a uma impressão de incompatibilidade entre eles. Entretanto, a AU não é uma atividade recente e sempre se expressou nas

3 “Agricultura urbana e direito à cidade: cultivando saúde e comida de verdade”.

grandes cidades, mesmo que muitas vezes restrita a pequenos quintais produtivos, hortas em escolas, em associações de moradores etc.

A AU inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços para gerar produtos agrícolas e pecuários voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re)aproveitando, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais – solo, água, resíduos, mão de obra, técnicas etc. –, estando vinculada às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articulada com a gestão territorial e ambiental das cidades. É importante destacar que: a) não é a localização urbana que distingue a AU da agricultura realizada em áreas convencionalmente designadas enquanto rurais, senão o fato de que está integrada e interage com o ecossistema urbano; b) as experiências são muito diversas, sendo praticadas em quintais, hortas coletivas em espaços públicos, produções em grande escala em áreas metropolitanas e, enquanto a maior parte das experiências se baseia no sistema de produção orgânico, outras podem fazer uso de insumos químicos e agrotóxicos.

Para Aquino e Assis (2007), o sistema de produção orgânico de base agroecológica é considerado especialmente apropriado para o contexto urbano, posto que:

- a) a baixa dependência de insumos externos facilita a adoção de agricultura em pequena escala;
- b) possibilita aumento de renda para as famílias produtoras, ao agregar valor aos produtos e ampliar o mercado, facilitando a comercialização;
- c) promove a segurança alimentar e a saúde das pessoas envolvidas, por possibilitar a produção e o consumo de alimentos sem agrotóxicos;
- d) tem a capacidade de manter e/ou recuperar a biodiversidade dos agroecossistemas do entorno.

Para além dos aspectos acima citados, ressaltamos, ainda, a forma com que a articulação da AU a partir da agroecologia contribui para

formação de redes e o fortalecimento comunitário, na medida em que integra diversas bandeiras e estratégias de atuação, politizando, sobremaneira, a prática da agricultura e tudo o que a envolve: produção, consumo, alimentação, cultura, tradição etc. Assim, não apenas a perspectiva econômica e produtiva, mas a noção de multifuncionalidade da agricultura (FERNANDEZ, 2014) deve ser adotada para a compreensão da relevância da agricultura de base agroecológica nas áreas urbanas, considerando seus impactos nas dimensões de reconhecimento, de subsistência, bem-estar, conservação da natureza, sociabilidade e valorização dos sujeitos envolvidos.

Apesar da importância e abrangência da AU, Prado (2015) aponta que ela ainda tem sido pouco valorizada, ou até desconsiderada, pelo poder público, especialmente no que se refere ao reconhecimento das iniciativas de AU como uma forma de agricultura familiar. Isso pode ser expresso pela ausência de uma lei ou marco regulatório da AU⁴ e pela dificuldade de obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf⁵ (DAP), o que inviabiliza a inclusão dos produtores em programas de fortalecimento da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Diante dessa invisibilidade, o conceito de AU de base agroecológica ganha força, fazendo com que vários(as) produtores(as) se nomeiem como “agricultores(as) urbanos(as)” e se organizem em redes de produção, comercialização e beneficiamento, além de reivindicarem o reconhecimento de suas práticas por meio de políticas, subsídios e uma legislação específica de fomento.

A AU e as múltiplas questões envolvidas em sua prática abrem espaço para uma discussão sobre os modos de vida promovidos pelo espaço urbano em sua relação com o rural, relação essa que, por muito tempo, foi compreendida a partir da ideia de uma oposição mútua. Prado (2015)

4 Atualmente, um Projeto de Lei (PL), o PL nº 906/2015, que busca regular a AU no país, está em tramitação na Câmara dos Deputados.

5 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

traz um debate interessante sobre tal relação, a partir de um conjunto de fenômenos que refutam as profecias alardeadas pelos teóricos do desenvolvimento rural e da Sociologia Rural clássica, que previam o inexorável desaparecimento das comunidades e dos modos de vida “rurais”:

O processo de modernização da agricultura não só não confirmou tais previsões, como hoje se veem reafirmados – não sem obstáculos, é importante constatar – os modos de vida do mundo rural e do campesinato em conexões inéditas com as cidades e regiões metropolitanas. Nestas que por muito tempo foram entendidas como ápice do projeto modernizante, do consumo acelerado e da desconexão com a natureza, assistimos à generalizada emergência de práticas que respondem contrariamente àquele projeto, seja na valorização dos meios alternativos de transporte, na retomada do uso dos espaços públicos ou nos movimentos sociais que reivindicam o direito a uma outra cidade. (PRADO, 2015, p. 6)

Se os espaços rurais já foram compreendidos como áreas cuja principal função era fornecer alimentos baratos e em grandes quantidades para os consumidores urbanos, as mudanças em curso nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais do meio rural, a partir dos processos de modernização da produção agrícola e de crescente urbanização, ganham novos significados à luz de questões políticas emergentes ligadas aos temas da soberania e da segurança alimentar, da agroecologia e dos modos de produção da agricultura familiar, de forma que as categorias simbólicas “rural” e “urbano” e as representações sociais que as envolvem se desestabilizam, impossibilitando a definição de uma fronteira clara. (PRADO, 2015)

Entretanto, esse processo não resulta no desaparecimento e na descharacterização das culturas locais rurais a partir de uma homogeneização da cultura no sentido da urbanização, como se o campo e a cidade fossem “estágios respectivamente inicial e final de uma mudança qualitativa”. (SAHLINS, 1997, p. 113) Pelo contrário, concordamos com Sahlins (1997) quando o mesmo diz que a cultura é dinâmica e implica a reelaboração constante em todas as esferas do social. É nesse sentido que podemos pensar, para além do conceito de “novas ruralidades” – largamente utilizado na Geografia e Sociologia Rural para designar a

ampliação das possibilidades do rural para além da esfera da produção agrícola –, uma ideia de “novas urbanidades”, para entender como as noções de “rural” e “campesinato” são acionadas e ressignificadas de forma a valorizar maneiras de habitar as cidades que consideram a sustentabilidade enquanto um direito humano à cidade.

Na esteira desse processo, assiste-se em todo o mundo à proliferação de experiências de AU em configurações e cenários diversos. Uma das mais conhecidas e exitosas iniciativas de AU no que se refere à promoção de segurança e soberania alimentar é a desenvolvida por Cuba desde os anos de 1990. A ilha possui uma política pública nacional de produção de alimentos orgânicos, de manejo de resíduos sólidos e compostagem através da formação de cooperativas de produção. Outra iniciativa reconhecida pela sua abrangência é a de Vancouver, no Canadá, onde, desde 2003, por meio de uma política municipal de apoio a um sistema alimentar “justo e sustentável” – o Plano de Ação Alimentar – e a formação do Conselho de Política Alimentar de Vancouver, observou-se o número de hortas comunitárias crescer. A cidade classificou a agricultura urbana como uma prioridade-chave para o desenvolvimento local, com impactos significativos na promoção da alimentação saudável, da educação ambiental, geração de renda e integração comunitária, especialmente em bairros com maior vulnerabilidade socioeconômica.

Movimentos autônomos também chamam atenção, como a Jardinagem de Guerrilha (*Guerrilla Garden*),⁶ movimento social transnacional com experiências documentadas em mais de 30 países. As ações desse movimento incluem a ocupação de áreas ociosas nas cidades para o desenvolvimento de hortas coletivas com a produção voltada para o consumo dos moradores do entorno e estratégias de intervenção urbana por meio da arte para a conscientização ambiental em grandes cidades. Em geral, essas hortas são constituídas em bairros periféricos ou de áreas extremamente urbanizadas, com pouca área verde disponível. Com mais de 30 anos, esse movimento contabiliza importantes ganhos, com a desapropriação

6 Disponível em: <http://www.guerrillagardening.org/>.

e construção de parques e áreas próprias para plantio reconhecidas pelo Estado em cidades como Berkeley e Nova Iorque, nos Estados Unidos.

No Brasil, metrópoles como São Paulo e Belo Horizonte possuem políticas municipais voltadas para a produção agrícola, ao mesmo tempo em que o número de experiências de produção autônoma e coletiva se multiplica em diversas cidades. No Rio de Janeiro, esse movimento vem ocorrendo, principalmente, em duas frentes: no reconhecimento da agricultura familiar tradicional realizada na cidade e no desenvolvimento de novas iniciativas com hortas comunitárias e em quintais familiares, que confluem no fortalecimento de uma rede de ativistas e agricultores(as) urbanos(as), como veremos a seguir.

AGROECOLOGIA FEMINISTA E PERIFÉRICA: CONECTANDO LUTAS, RESSIGNIFICANDO PRÁTICAS NO COTIDIANO

Construída em meio a cadeias de montanhas, floresta de mata atlântica e o mar, a “cidade maravilhosa” é um caso emblemático do fenômeno da espetacularização urbana no país. Com a constituição do Rio de Janeiro enquanto capital da colônia, a partir do século XVIII, a cidade vê sua população aumentar rapidamente e se amontoar em cortiços na sua região central. O plano urbanístico de Pereira Passos, executado no início do século XX e inspirado no projeto implementado em Paris por Le Corbusier, foi responsável pela transformação da cidade, em especial do Centro, com a derrubada do Morro do Castelo e a construção de grandes alamedas e avenidas que inviabilizaram, quase por completo, a possibilidade de o centro da cidade funcionar enquanto área residencial e de estabelecimento de pequenos comércios. A cidade é, então, alvo de processos de higienização social, sendo vendida como paraíso de investimento financeiro, industrial, turístico e imobiliário e uma das capitais culturais do país.

Desde o ano de 2007, o Rio de Janeiro vem passando por intensas transformações urbanas, em função do aumento da especulação imobiliária – a cidade tem, hoje, um dos maiores valores por metro quadrado

do mundo – e do investimento em infraestrutura para a realização de megaeventos, tais como a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016, além de um intenso projeto de militarização, com a instituição das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em favelas, dentre outras estratégias.

O Rio de Janeiro é a segunda maior cidade do país e conta, hoje, com aproximadamente 7 milhões de habitantes. (IBGE, 2017) Desde 2011, de acordo com o plano diretor municipal, não há áreas consideradas rurais na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, os dados do último Censo Agropecuário do IBGE (2006) evidenciam a relevância da agricultura na cidade: concentrando 53% da população da região metropolitana, o município do Rio de Janeiro apresentava 1.055 estabelecimentos agrícolas, sendo 790 de agricultura familiar. Grande parte dos núcleos de agricultura familiar na cidade encontram-se na Zona Oeste, região antigamente conhecida como Sertão Carioca, que foi a principal responsável, até as últimas décadas do século XX, pelo fornecimento de boa parte dos gêneros alimentícios à cidade. Com as mudanças trazidas pela crescente urbanização desordenada e pelos projetos conduzidos pelo Estado e pelo capital financeiro transnacional, a prática de agricultura familiar na região foi sendo gradativamente invisibilizada.

Para Fernandez (2014), a invisibilidade da AU no Rio de Janeiro é resultado de um longo processo de disputas pelo poder de ocupar espaço da cidade, que afirmou os usos urbanos, turísticos, especulativos e industriais em detrimento do rural e do agrícola e da ideia da cidade como um espaço plural, voltado para todos os tipos possíveis de usos e ocupações. Nesse sentido, a AU representa uma resistência aos processos de gentrificação – enobrecimento de áreas com expulsão da população mais pobre – e especulação imobiliária e, ao mesmo tempo, uma defesa aos modos de vida e formas contra-hegemônicas de ocupação da cidade.

Nesse cenário marcado por problemas socioambientais e disputas territoriais, agricultores(as) e movimentos sociais da região vêm se organizando politicamente para reivindicar reconhecimento e políticas de fomento à agricultura familiar e à produção orgânica no município,

como uma forma de defesa e ocupação sustentável desse território a partir do paradigma da agroecologia. Assim, várias estratégias foram criadas para fortalecer a AU e a agroecologia no Rio de Janeiro, com o trabalho de diversas organizações, assessorias técnicas e coletivos independentes, que se organizam em diferentes movimentos, com destaque para a organização em torno da Rede CAU (2014):

A Rede CAU é um movimento social que agrega pessoas e organizações para a defesa da agroecologia nas cidades. Atua junto aos quintais produtivos e lavouras, defende o consumo ético e responsável, como dimensão de luta campo-cidade, e na adequação e no acesso às políticas públicas.

Essa rede, surgida em 2009, se insere dentro da ANA e do Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU), com a missão de fomentar a agricultura nos espaços urbanos, reunindo mais de 30 organizações, das quais participam agricultores, associações e cooperativas, representantes de instituições de pesquisa e ensino, grupos populares e entidades civis.

Ela desempenha um papel fundamental em diversas frentes, como a luta pelo reconhecimento de territórios tradicionais, pela segurança alimentar e contra a degradação ambiental. Além disso, participa de importantes instâncias de representação institucional, como o Conselho de Segurança Alimentar do município do Rio de Janeiro (Consea Rio), organizando eventos públicos, como a Semana de Alimentação Carioca, circuitos alternativos e locais de feiras agroecológicas e redes de consumo, distribuição de alimentos orgânicos, entre outras ações que ajudam a visibilizar a agricultura realizada na cidade.

Em que pese a diversidade de atores envolvidos, chama atenção o protagonismo das mulheres no desenvolvimento das iniciativas de AU agroecológica dentro e fora da Rede. As mulheres não só estão à frente de boa parte das experiências de produção agroecológica nos quintais produtivos e hortas comunitárias; na coordenação de ações de educação agroecológica em serviços públicos, como escolas, Centros de Referência em Assistência Social (Cras) e equipamentos da rede pública de saúde, entre outros; como, ao se organizarem em torno de um grupo

de trabalho próprio – a roda de mulheres da Rede CAU – elas vêm (des) construindo os saberes e as práticas agroecológicas, a partir de um olhar feminista e interseccional, produzindo novas posicionalidades e territórios existenciais no cotidiano, com reverberações importantes no que diz respeito à pauta do direito à cidade e à diversidade das experiências urbanas e circulação na cidade.

Partiremos das reflexões formuladas a partir de rodas de conversa promovidas pelas mulheres da Rede CAU em diferentes ocasiões, entre os anos de 2015 e 2017. Participamos ao todo de oito rodas, além de vários eventos, encontros, festas e conversas informais do grupo. Essas rodas são realizadas periodicamente entre as mulheres da Rede para avaliar sua atuação em seus respectivos territórios, conversar sobre problemas, possibilidades, pensar ações conjuntas e reafirmar os princípios de luta coletiva. Nesses momentos, é comum a realização de uma mística antes da reunião, para reafirmar o propósito coletivo, na qual são lidas poesias, realizadas performances e dinâmicas de grupo inspiradas em referenciais, como a proposta do Teatro do Oprimido.

A roda de mulheres da Rede CAU⁷ começou em 2013, a partir de alguns “buchichos” entre mulheres que integravam a Rede, mas que sentiam que suas práticas enquanto agricultoras, militantes e articuladoras nas comunidades eram menos valorizadas que o trabalho e a atuação dos homens. Uma série de conflitos internos nos espaços mistos de militância da Rede se deu, até que as mulheres entenderam a necessidade de um lugar e de estratégias de atuação próprias.

A roda inclui agricultoras, artesãs, pesquisadoras, educadoras populares e militantes de diversas lutas. Participam, em média, 40 mulheres. Apesar da diversidade das militantes da Rede, há um protagonismo maior das mulheres negras moradoras de territórios quilombolas, periféricos e favelas, especialmente da Zona Oeste e Zona Norte da cidade.

7 Destaca-se, também, nesse processo, a atuação do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs) e da Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA), duas organizações que tiveram um papel central na organização das mulheres desde o início das atividades da Rede CAU.

As ações das mulheres da Rede são mobilizadas, de acordo com a fala das ativistas, por um “feminismo popular e periférico e pela luta antirracista”. Essa articulação com a luta feminista, entretanto, foi sendo construída aos poucos pelo grupo. É perceptível nas falas das militantes uma ideia acerca dos feminismos enquanto um movimento social que foi historicamente liderado por mulheres brancas, acadêmicas, heterossexuais e de classe média que, em suas lutas pelos direitos das mulheres e contra as desigualdades de gênero, muitas vezes invisibilizaram a organização em torno das pautas, demandas e lutas das mulheres negras e periféricas.

Por outro lado, podemos ver que existe uma construção de um movimento de mulheres que traz demandas e estratégias de lutas específicas. Utilizamos, aqui, o conceito de “feminismo periférico” para entender como se dão as construções feministas nesse contexto. “Feminismo periférico” é uma expressão usada por uma das interlocutoras na pesquisa, Saney Souza – mulher negra, trabalhadora da rede de assistência social do município e militante do Comitê Popular de Mulheres da Zona Oeste –, para descrever a luta das mulheres da agroecologia do Rio de Janeiro. O feminismo periférico parte do olhar “subalterno”, questionando as formas estabelecidas de vivenciar a política e a cidade, reivindicando um feminismo local, que necessariamente considera as interseções de classe e raça no que se refere às desigualdades sociais.

Essas reflexões trazidas por nossas interlocutoras, enquanto autoras feministas-militantes agroecológicas, relacionam-se com um conjunto de debates que vem sendo produzido por mulheres não brancas ou que foram colocadas, historicamente, em lugares de subalternidade. Chandra Mohanty (2008) aponta que as feministas ocidentais brancas tomam a cultura de classe média urbana como norma e classificam as experiências das mulheres negras, indígenas, de comunidades tradicionais do Sul global a partir de uma construção discursiva acerca das mulheres do “terceiro mundo” como necessariamente pobres, ignorantes, domésticas, exploradas sexualmente e, principalmente, sem agência, ou seja, sem capacidade de pensar e agir reflexivamente e com intencionalidade sobre a própria vida e as instituições sociais. Nesse sentido, as mulheres não

brancas do Sul, a partir dos atravessamentos entre raça, classe, gênero e sexualidade, em sua dupla exclusão, são vistas como não humanas e não mulheres. Assim, com base no feminismo periférico, as mulheres da Rede CAU constroem um movimento agroecológico próprio, a partir de uma leitura interseccional das desigualdades, propondo estratégias de atuação que passam pela politização do cotidiano e dos corpos.

Carol Hanish (1970), a partir da sua experiência com grupos de reflexão entre mulheres nos anos 1960, cunhou a frase “*o pessoal é político*”, como forma de entender como os problemas pessoais e de ordem íntima das mulheres são, na verdade, construções sociais e políticas. Essa frase, amplamente utilizada pelas feministas a partir da segunda metade do século XX, nos aponta para a rede de relações, campos de forças e agenciamentos que nos atravessa enquanto corpo que habita uma determinada sociedade, tempo, contexto: “Nossos corpos são nossos eus; os corpos são mapas de poder e identidade”. (HARAWAY, 2000, p. 96) Para Haraway (2000), entender como esse corpo se constitui é também construir uma teoria da diferença social, entendendo as condições históricas de produção e reprodução do conhecimento sobre ele.

No campo da agroecologia, o corpo e suas tecnologias constitutivas, de alimentação, consumo e autocuidado são tomados em sua dimensão política, na medida em que são vistas a partir do seu viés de construção cultural, econômica, produtiva, ambiental. Nas conversas realizadas na roda de mulheres, a discussão sobre o que elas chamam de “corpo-território” foi reivindicada para entender o contexto de acirramento dos conflitos ambientais e a forma como a violência perpetrada pelo modelo dominante de desenvolvimento representa, para elas, uma forma de violência que avança sobre seus corpos. A noção de território engloba dimensões materiais e subjetivas, pois são lugares de experiências vividas por meio dos significados e representações individuais e também compartilhadas sobre determinado contexto.

Dessa forma, essas mulheres ampliam a compreensão sobre o corpo enquanto primeiro território de resistência e luta política. Para Silvia Baptista, quilombola, agricultora e feminista que integra a Rede, “para

ser militante é necessário, antes de tudo, recuperar o poder sobre o próprio corpo”. Nesse sentido, há um entendimento de que, para enfrentar as ameaças e os conflitos sobre os territórios, é preciso que haja uma imersão das mulheres em suas próprias histórias, situando sua existência enquanto corpo-território que sofre pressões e ameaças diversas, mas que encontra, nas práticas cotidianas, estratégias para avançar em sua autonomia individual e coletiva.

O modelo camponês – entendido, de forma ampla, como modelos familiares de produção agrícola e extrativista – surge, nesse contexto, como uma construção de um ideal de relações sociais e de produção, que tem como centro a solidariedade e a igualdade entre os sujeitos. (SILIPRANDI, 2015) Entretanto, como já foi amplamente debatido na literatura, há uma divisão social e lugares bem definidos na lógica camponesa para homens, mulheres e jovens, sendo, de fato, uma idealização. Esse modelo camponês é reivindicado pelas mulheres que compõem o movimento, ao mesmo tempo em que é constantemente questionado, em especial, no que se refere às relações de gênero e ao ideal de família camponês e da agricultura familiar.

Assim, as mulheres vão pautar, em suas discussões, questões como a invisibilidade do trabalho feminino na agricultura, o não compartilhamento das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos e a importância de valorizar o trabalho de todos os membros da família na agricultura. Ao mesmo tempo, somam-se a essas questões problemáticas referentes ao espaço urbano – ou próximo à cidade – em que vivem e que, em diferentes graus, podem ser reconhecidas na realidade de qualquer grande metrópole latino-americana, tais como a violência urbana, a presença de milícias, a favelização e a dificuldade de locomoção entre os bairros da cidade.

A agroecologia aparece como um diferencial. É entendida como uma forma de ressignificar a relação das pessoas com o território em que vivem e de repensar as relações sociais, de educação, de trabalho e de alimentação para além da questão da produção. Silvia exalta a importância da agroecologia como uma forma alternativa de construir a luta política:

Sou muito agradecida ao campo da agroecologia que traz essa potência enorme, de estar existindo aqui, a gente sabe que a barbárie está no limite, mas eu estou vivenciando essa outra realidade de construção de alternativas de uma economia real, de realmente construir a vida. Eu não sou inocente, conheço bem os riscos, mas o que motiva a levantar é essa terra de cuidados que a gente constrói e aí eu acho que a gente deve esclarecer nossas possibilidades de resistência e expansão dessa rede de cuidados, de solidariedade pragmática e construção de outro mundo e eu sinto que eu vivo esse outro mundo. (Silvia Baptista, diário de campo, 2016)

A centralidade que as crianças têm nas reuniões e encontros de agroecologia é um exemplo significativo desse processo. Criou-se uma metodologia de trabalho com as crianças pequenas que acompanham suas mães nas reuniões – a ciranda agroecológica –, na qual as mães e outras mulheres vão se revezando no cuidado, que é sempre discutido coletivamente. Diversas mães que participam da Rede apontam como essa relação com as crianças na roda é um diferencial em relação aos espaços mistos de militância, mesmo na agroecologia, em que as crianças, em geral, não são bem-vindas ou não são cuidadas de forma coletiva pelo grupo, fazendo com que as mulheres que são mães não possam participar ativamente das reuniões.

A alimentação também aparece como uma questão central. As mulheres se referem a ela e à saúde – pessoal e das suas famílias – como as principais motivações para engajamento na agroecologia, ressaltando que a mesma é essencial para a segurança e soberania alimentar. Aliadas à ideia de resgate das culturas alimentares “tradicionais”, as mulheres também experimentam formas alternativas, como a alimentação crua, o *slow food*⁸ e o vegetarianismo. Uma discussão muito presente, entretanto, é a necessidade de essas práticas alimentares se tornarem acessíveis para as populações mais pobres e moradoras de bairros periféricos. Nos debates feitos por essas mulheres, há uma grande crítica

8 Movimento que se opõe política e filosoficamente à massificação e padronização alimentar oferecidas pelo *fast-food*. Há um resgate de ingredientes, técnicas tradicionais de preparação dos alimentos e de culturas alimentares.

ao discurso que envolve a alimentação saudável, que é facilmente capturado pelo imaginário do consumo do *fitness*, como estratégias de construção do corpo magro, e normatizado para os padrões higienizados, vendidos por veículos de *mass-media* como o “corpo ideal”. Em uma das rodas de mulheres, uma militante fez uma interessante colocação sobre o tema do acesso à alimentação e o discurso midiático: “*Às vezes a gente vê na televisão que o melhor ômega 3 é o do Canadá, mas e as nossas plantas daqui. Por que não promover o que está acessível?*”. (Juliana, diário de campo, 2017) A importância de construir uma agroecologia a partir da periferia é, portanto, constantemente reafirmada, nas palavras das militantes: “*nossa agroecologia é preta e periférica*”. (Roda de mulheres da Rede CAU, diário de campo, 2017)

Várias estratégias são construídas pelas mulheres da Rede para promover o acesso a alimentos saudáveis nas periferias. Uma delas vem sendo desenvolvida por Ana Santos, agricultora moradora do Complexo da Penha, Zona Norte do Rio, que coordena a organização não governamental Centro de Educação Multicultural (CEM). Ela compra semanalmente a “xepa”⁹ de todas as barracas da feira orgânica do bairro de Olaria e sobe o morro vendendo as verduras pelo preço de R\$ 0,50. Outra ação também realizada por Ana é vender, uma vez por semana, as verduras por ela produzidas dentro dos trens que percorrem a periferia da cidade. O comércio dentro dos trens é uma prática amplamente realizada, em especial em estações mais distantes do centro da cidade. É comum, nessas ocasiões, a venda de produtos comestíveis ultraprocessados, de baixo valor nutricional, alto valor de açúcar e preços muito baixos. Assim, segundo Ana, vender verduras tem sido um diferencial bem-vindo pelos clientes que, muitas vezes, passam até quatro horas diárias dentro dos vagões para ir e voltar ao trabalho.

Os rituais de comensalidade também são centrais no movimento construído por essas mulheres – o “comer junto” é um fator de sociabilidade, além de ser uma forma de chamar a atenção para a importância

9 Restos de alimentos que não foram vendidos na feira.

da alimentação consciente daqueles que ainda não aderiram à produção e ao consumo de produtos agroecológicos. Para Appadurai (1981 apud CARMO, 2013) é impossível dissociar a dimensão política da alimentação, destacando que a comida pode ser o meio, ou mesmo a mensagem, pelo qual conflitos acerca de recursos culturais ou econômicos se estabelecem. O autor utiliza a categoria analítica “gastropolíticas” (*gastro-politics*) para fazer menção a contextos:

[...] quando a comida é manipulada de modo a levar mensagens entre os atores, embora eles possam compartilhar os significados fundamentais do sistema [...], [eles] estão envolvidos numa luta acerca de uma particular cadeia sintagmática dos eventos alimentares nos quais estão envolvidos. (APPADURAI, 1981 apud CARMO, 2013, p. 18)

Dessa forma, observa-se que existe uma politização da esfera do privado (a alimentação) e do consumo. Os rituais de comensalidade são mecanismos para a consolidação da solidariedade grupal, pois envolvem a partilha não só de alimentos, mas de significados: é o momento de conversar sobre as atividades ocorridas ou por acontecer, estabelecer novos contatos ou simplesmente “jogar conversa fora”. No contexto das reuniões, nas feiras e nos encontros de agroecologia, é comum acontecer, em grandes “cafés da manhã agroecológicos”, no quais se percebe que partilhar alimentos é também partilhar sentidos atribuídos aos principais significantes em jogo, como sororidade,¹⁰ corpo e alimentação. Desse modo, a comensalidade é politizada ao serem atribuídos valores políticos à partilha e feitura dos alimentos a serem compartilhados. (CARMO, 2013)

Há uma busca pela alimentação consciente, assim como o resgate da produção e consumo de gêneros alimentícios tradicionais esquecidos ou pouco usados, como a taioba e ora-pro-nóbis – Plantas Alimentícias Não

10 “Sororidade” vem de *sóror*, que significa “irmã” em latim. Essa expressão é utilizada por parte do movimento feminista para designar uma solidariedade que seria própria das mulheres, assim como a fraternidade se referiria à solidariedade entre *fraters* — irmãos. Existem muitas críticas a esse termo dentro dos feminismos, mas, em não sendo nosso objetivo no texto, apenas apresentamos essa expressão por ela ser constantemente utilizada pelas interlocutoras da presente pesquisa.

Convencionais (Panc) –, assim como uma valorização dos saberes das medicinas populares, com a disseminação do uso de ervas, chás, lambedores e xaropes caseiros que remetem à ideia de ancestralidade, um aspecto importante para entender a formação da identidade e o vínculo dessas mulheres nos territórios em que vivem.

A culinária é, portanto, uma das grandes estratégias de mobilização desses grupos. A primeira autora do presente texto participou algumas vezes de oficinas de beneficiamento de frutas em feiras agroecológicas, além de ter cozinhado em alguns encontros organizados por coletivos de agroecologia. Nessas ocasiões, realizou-se uma “cozinha de transição agroecológica”, misturando alimentos “naturais” com alimentos como pães, salgados e sobremesas, como forma de atrair mais pessoas para experimentar.

A comida, sem dúvida, mobiliza as comunidades, ao mesmo tempo em que é um elemento que remete aos lugares tradicionalmente identificados como femininos. Essa relação, entretanto, ganha outros significados nesses movimentos. Uma das interlocutoras relatou, em uma conversa informal, que durante toda a vida rechaçou o espaço da cozinha e da culinária, pois, para ela, isso a identificava com a ideia de mulher submissa e do lar. Entretanto, a partir do momento que ela entrou no movimento da agroecologia, percebeu a potência que a cozinha tem para agregar pessoas em torno de uma causa comum. Esse aspecto é particularmente interessante quando pensado sobre as mulheres que historicamente ocuparam o lugar da cozinha, entendida como um espaço de subalternidade: mulheres negras, pobres, donas de casa.

Ao mesmo, as militantes apontam que, nos espaços mistos, as mulheres são naturalmente designadas para ocupar o lugar da cozinha e da organização da logística, enquanto os homens ficam com a fala e os processos decisórios, em uma dinâmica que foi sendo modificada ao longo da auto-organização das mulheres na roda, revelando um maior protagonismo de fala das agricultoras. Ainda assim, elas apontam que é difícil conciliar os afazeres domésticos com a militância. A maior parte delas relata que, a despeito de terem maior consciência e conseguirem

se colocar em casa no que se refere ao compartilhamento das tarefas domésticas e da gestão financeira, ainda é comum faltar às reuniões políticas por não poder se ausentar do trabalho de casa, ter que tomar conta dos filhos, cuidar da horta, dentre outras questões.

Tais conflitos mostram que, apesar da inserção da temática de gênero nos grupos de agroecologia, muitas vezes esse debate ainda é pautado e entendido como “coisa de mulher”, não sendo construído nos espaços mistos de militância. Como Ramos (2017, p. 63) ressalta, isso “enfraquece o potencial emancipatório anunciado pela agroecologia, impedindo que haja o reconhecimento de relações e/ou situações de opressão e/ou subordinação às quais as mulheres estão envolvidas”.

Percebe-se, assim, que as lutas de resistência em que as mulheres, na agroecologia urbana, estão envolvidas – pelo reconhecimento da agricultura na cidade do Rio de Janeiro, pelo acesso a políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e contra a especulação imobiliária – apontam para uma direção comum, qual seja, um modelo de desenvolvimento com relações de menor impacto no que se refere à produção/distribuição de alimentos e apropriação da natureza, fugindo à lógica capitalista que se apoia na reprodução das desigualdades socioeconômicas, raciais e sexistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mesmo tempo em que o capitalismo mundial integrado¹¹ amplia a hegemonia de um determinado modelo de desenvolvimento e a determinados regimes de produção neoliberal, assiste-se ao aparecimento de vários contramovimentos e estratégias de resistência, como a agroecologia, os feminismos, o movimento de direito à cidade, os movimentos pela Reforma Agrária e o movimento de AU, que não possuem um formato único e tampouco têm causas inteiramente comuns, mas

11 Conceito de Guattari (1992) que se refere à produção de subjetividade e sistema de governo no contexto global.

mobilizam sujeitos e coletivos, tanto nos campos quanto nas cidades, evidenciando a grande confluência das crises que afligem as sociedades contemporâneas. Nesse sentido, ao pensar a agroecologia nas cidades, como apontam Suzuki e Berdoulay (2016, p. 11), já não estamos mais falando apenas da dimensão produtiva dos cultivos, mas:

[...] do seu significado utópico de outra cidade, em que se busca criar outra relação com o verde e a biodiversidade, bem como de estabelecer novos parâmetros de relação entre os cidadãos e com o ambiente urbano, em que a ajuda e a troca de conhecimentos, tão presentes na tradição rural, estejam presentes na expansão da agricultura urbana em suas diversas e variadas faces como mediação necessária para o futuro da sociedade urbana, semeando novas cidades.

A partir dessas diversas articulações e dos diferentes engajamentos que atravessam a militância agroecológica, percebemos que, ao pensar não só a transformação de todo o processo de produção agrícola, mas também a profunda reconfiguração das relações capitalistas, racistas, antropocêntricas e patriarcais que estruturam as ciências, as tecnologias e o *socius* de maneira geral, o movimento agroecológico nos dá pistas sobre formas de articulação combativas à tentativa massificadora do projeto neoliberal, ao mesmo tempo em que traz mudanças nas formas de participação política nas cidades.

Ao reivindicarem outros usos possíveis de ocupação da cidade, construindo uma atuação a partir da politização das práticas cotidianas que ressignificam lugares historicamente subalternizados, como o da agricultura e da cozinha, essas mulheres vêm construindo, na luta agroecológica periférica e feminista, outras formas de experiência urbana e com a cidade em direção a modos de vida mais sustentáveis. O processo de ganho de autonomia e desconstrução das relações desiguais de gênero, entretanto, ainda é um grande desafio para essas mulheres, expresso em conflitos na esfera doméstica, mas também em espaços públicos e mistos da militância em movimentos sociais.

Desse modo, acreditamos que as rupturas propostas pela agroecologia feminista e periférica buscam se constituir enquanto linhas de fuga ao

poder da máquina capitalista de produção de subjetividade – uma recusa que visa construir novos modos de sensibilidade e criatividade nas cidades.

REFERÊNCIAS

AMADOR, F. S.; FERNANDES, D. R. Cidades (in)habituais: considerações sobre neoliberalismo e resistência. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 28, n. 2, p. 252-256, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1459>. Acesso em: 14 jul. 2019.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2007.

BENTO, D. F. M. C. R. *A importância do ambiente obesogênico na população de alta vulnerabilidade social em Campinas/SP*. 2017. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Acesso em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/325309/1/Bento_DanieleFlavianeMendesCamargoDaRocha_D.pdf. Acesso em: 14 jul. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2001.

BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v. 21, n. 2, p. 337-350, 2009.

CARMO, I. N. *Viva o feminismo vegano: gastropolíticas e convenções de gênero, sexualidade e espécie entre feministas jovens*. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18540/1/Disserta%C3%A7ao%20de%20C3%8Dris%20Nery%20do%20Carmo.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.

COSTA, D.; CIPOLLA, C. Agricultura urbana: identificação de oportunidades de projeto para o processo produtivo e comercialização. *MIX Sustentável*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 114-120, 2016.

- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. (Coleção TRANS, v. 1).
- DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS – DESA. *World urbanization prospects*. New York: United Nations, 2014. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2014-Report.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.
- DURAN, A. C. F. L. *Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar*. 2013. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6138/tde-02102013-164136/pt-br.php>. Acesso em: 14 jul. 2019.
- FERNANDEZ, A. C. F. Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 8, n. 1-2, p. 1-26, 2014.
- FÓRUM SOCIAL MUNDIAL – FSM. *Carta mundial pelo direito à cidade*. Bamako, 2006. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.
- GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- HANISH, C. The personal is political. In: FIRESTONE, S.; KOEDT, A. (org.). *Notes from the second year: women's liberation*. New York: Women's Liberation Movement, 1970. p. 76-78. Tradução livre. Disponível em: <https://resistenciaradfem.wordpress.com/tag/carol-hanisch/>. Acesso em: 14 jul. 2019.
- HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: KUNZRU, H.; HARAWAY, D. J; SILVA, T. T. (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 33-118.
- HARVEY, D. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 73-89, jul./dez. 2012.
- IBGE. *Brasil em síntese*: Rio de Janeiro: panorama. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330455&idtema=16&search=rio-de-janeiro|rio-de-janeiro|sinthese-das-informacoes>. Acesso em: 14 jul. 2019.

IBGE. *Censo agropecuário 2006*: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2006.

JALIL, L. M. *Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2009%20dissertacao_laeticia_jalil.pdf. Acesso em: 14 jul. 2019.

KUSTER, E. Outros olhos: as ru(s)gas da cidade e seu desvelamento nos discursos contemporâneos. In: KUSTER, E.; PECHMAN, R. M. (org.). *O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 47-58.

LEDA, L. C. *Sistema tradicional de varejo de alimentos e sua importância para a segurança alimentar e nutricional: o caso do Distrito Federal*. 2017. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/24477>. Acesso em: 14 jul. 2019.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARCOS, V. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. *Agrária*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 182-210, 2007.

MOHANTY, C. Bajo los ojos de occidente: feminismo académico y discursos coloniales. In: SUÁREZ-NAVAZ, L.; CASTILLO, R. A. H. (org.). *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2008. p. 117-163.

MOK, H. *et al.* Strawberry fields forever? Urban agriculture in developed countries: a review. *Agronomy for Sustainable Development*, Paris, v. 34, n. 1, p. 21-43, Jan. 2014.

PARK, R. A cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (org.). *O fenômeno urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 13-28.

PRADO, B. A. Novas conexões entre o rural e o urbano. *Revista Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 4-7, jun. 2015.

RAMOS, F. S. Do campo à academia, da academia ao campo: as mulheres na agroecologia. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, Santa Maria, v. 7, n. 1, p. 43-65, 2017.

REDE CARIOCA DE AGRICULTURA URBANA – REDE CAU. *Carta aberta da Rede Carioca de Agricultura Urbana*. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://aarj.wordpress.com/2014/12/14/carta-aberta-da-rede-carioca-de-agricultura-urbana/>. Acesso em: 14 jul. 2019.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental, transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

ROMERO, M. L.; ZAMORA, M. H. Pesquisando cidade e subjetividade: corpos e errâncias de um flâneur-cartógrafo. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 21, n. 3, p. 451-461, jul./set. 2016.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 103-150, out. 1997.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas e AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras*. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

SILIPRANDI, E. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SILVA, R. L. Direito à cidade. In: XIMENDES, A. M. C; REIS, C; OLIVEIRA, R. W. (org.). *Entre garantia de direitos e práticas libertárias*. Porto Alegre: CRP-RS, 2013. p. 109-122.

SUZUKI, J. C.; BERDOULAY, V. Agricultura urbana entre necessidade e utopia: experiências paulistanas. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 14., 2016, Barcelona. *Anais [...]*. Barcelona, 2016. p. 1-14. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv_suzuki.pdf. Acesso em: 4 jul. 2019.

TEOBALDO, I. N. C. A cidade espetáculo: efeito da globalização. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, Porto, v. XX, p. 137-148, 2010.